

## Governo diz que não negocia reajuste para período de 2007 a 2009

O Governo Federal só irá começar a discutir uma proposta de reajuste salarial para os professores das universidades públicas a partir do final deste mês. E já avisa: reajustes ou mesmo recomposição salarial, só a médio ou a longo prazo.

O ANDES-SN irá se reunir com o governo, novamente, em 23 de agosto, com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira para discutir a pauta de reivindicações dos docentes das universidades federais. O secretário já deixou claro que qualquer negociação com a categoria não poderá implicar em efeitos financeiros para o ano de 2007, mas sim para 2010, final do governo Lula.

O Setor das Federais, em reunião no próximo dia 25 de agosto, analisará os resultados das Assembléias das seções sindicais da base do ANDES-SN. *Páginas 2 e 3*



**RURAL SEMANAL**  
**PUBLICOU: Reitoria**  
**constitui Comissão Consultiva**  
**sobre o REUNI -** **Página 4**

**Conheça os decretos do governo que apontam para a expansão precária das universidades e sobrecarga do trabalho docente**

**Página 5**

## Plebiscito popular questiona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce

De 1º a 7 de setembro, a população vai poder se manifestar, em todo o país, sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. *População também será ouvida sobre preço da energia, pagamento da dívida e Reforma da Previdência. O ANDES-SN participa desta Campanha, conforme deliberação do último CONAD.*

**Página 8**



## Governo diz que não negocia reajuste salarial para período de 2007 a 2009

No início de agosto, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) recebeu pela primeira vez os representantes do ANDES-SN que, desde maio, protocolaram a pauta de reivindicação da categoria nos órgãos competentes.

O secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva Ferreira, abriu a reunião revelando que desconhecia o documento protocolado pela categoria há três meses. Ferreira salientou as dificuldades financeiras do governo originadas, segundo ele, em função do grande aumento dos gastos com pessoal, a partir das medidas implantadas em 2006.

O secretário deixou claro que qualquer negociação com a categoria não poderá implicar em efeitos financeiros para o ano de 2007, mas sim para médio e longo prazo, sendo que o horizonte seria 2010. Isto é, o final do governo Lula.

A coordenadora-geral de gestão de pessoas do Ministério da Educação (MEC), Maria do Socorro Mendes Gomes, afirmou, durante a reunião, conhecer as reivindicações docentes, já que vêm

acompanhando as negociações da categoria há alguns anos.

O presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, enfatizou a importância da abertura do processo de negociação e defendeu a necessidade da participação do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) no processo em curso, visto que a entidade também representa parcela significativa dos docentes das IFES.

Rizzo apresentou a pauta de reivindicações da categoria, e argumentou sobre as distorções que marcam a estrutura de remuneração dos docentes, principalmente a partir das últimas medidas do governo, que rompem com a isonomia.

Em seguida o presidente apresentou a proposta de tabela definida pelo ANDES-SN, comparando-a com a situação das carreiras de outros servidores federais, que receberam reajustes bastante superiores aos destinados aos docentes, durante o governo Lula, conforme dados do próprio MPOG

É o caso, por exemplo, dos servidores de nível superior do Instituto Nacional de Propriedade

Industrial (INPI) em início de carreira que, até 2006, tiveram seus vencimentos reajustados em 214,4%. E também dos servidores do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), de mesmo nível, que obtiveram 177,8%.

Rizzo defendeu que os docentes só obtiveram reajustes em forma de gratificações e, mesmo assim, em valores muito inferiores aos destinados a outros servidores públicos.

“O próprio ministro Paulo Bernardo admitiu publicamente a defasagem salarial dos docentes”, registrou o presidente do ANDES-SN.

**Para encerrar, Rizzo propôs que o ponto de partida para a negociação deveria ser um consenso sobre a necessidade da valorização do trabalho docente, e que as negociações com a categoria deveriam ser prioridade para o governo.**

O secretário acatou o pedido de incorporação do SINASEFE ao processo de negociação e agendou a próxima reunião para o dia 23 de agosto. Ele se comprometeu que, na data, apresentará uma resposta do governo às reivindicações da categoria.

## Assembléias discutirão indicativo de greve para barrar 100% de aumento da jornada de trabalho e zero de reajuste salarial

A universidade pública encontra-se em um momento crítico e seu futuro está ameaçado pelas políticas que o governo federal pretende implantar. A partir do anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, em janeiro de 2007, o governo vem tomando diversas iniciativas que direta ou indiretamente afetam as IFES e seus docentes. Já em fevereiro, o governo envia para o Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar – PLP 01/07, que é uma emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) e que estabelece o congelamento da remuneração dos servidores federais de 2007 a 2016. A mobilização e a pressão das entidades de servidores lograram, até o momento, a não-aprovação do referido projeto.

Conscientes de que os servidores públicos deverão reagir e se mobilizar contra o arrocho salarial prolongado, os governantes anunciaram a intenção de regulamentar

o direito de greve, para coibir as futuras lutas dos servidores e assegurar o cumprimento das metas do ajuste fiscal. Esse quadro refletiu-se diretamente nas relações entre governo e entidades sindicais dos servidores.

O Ministério do Planejamento, responsável pelas negociações com as entidades, chamou-as para comunicar apenas que não poderia negociar nada para 2007 e que para 2008 dependeria de estudos a serem feitos pelo ministério em relação à margem de recursos que poderiam ser disponibilizados a partir dos efeitos do PLP 01/07. Tinha mandato para tratar apenas de propostas para regulamentação da negociação coletiva e do direito de greve, para o que propôs a criação de um grupo de trabalho com seis entidades.

O Ministro Paulo Bernardo, em audiência pública na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação do direito de greve, foi taxativo: “Queremos enviar uma proposta negociada, mas se não tivermos acordo, vamos mandar assim mesmo”. (Valor Econômico 22/6/07)

Ao mesmo tempo em que fecha as portas para as negociações em torno das reivindicações salariais, o governo retoma projetos de privatização dos serviços públicos, como o de fundações estatais de direito privado para gerir os hospitais públicos, dentre eles, os hospitais-escolas, contra o qual se mobilizam os servidores técnico-administrativos das IFES, na greve em curso. Apóia-se na lei de FHC do emprego público, para substituir as contratações com base no RJU pelas contratações via CLT. Dessa forma, troca o funcionário público, um servidor do público por empregados do governo de plantão.

Esse processo sofreu um breque recente imposto pela

### Expediente

**Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN**

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537 **Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** [adurj@adur-rj.org.br](mailto:adurj@adur-rj.org.br) ou [imprensa@adur-rj.org.br](mailto:imprensa@adur-rj.org.br). **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

decisão do STF, de 2 de agosto de 2007, que estabelece que funcionários da administração pública só poderão ser contratados pelo RJU, coibindo, pelo menos por enquanto, a contratação de servidores pela CLT.

No plano da educação, o PAC tornou-se Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem algumas medidas específicas para as IFES, como o Decreto nº 6.095/07, de 24/4/07, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da rede Federal de Educação Tecnológica; o Decreto nº 6096/07 de 24/4/07, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e a Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30/4/07 dos ministros da educação e do planejamento, orçamento e gestão que constitui, em cada universidade federal, como instrumento de gestão administrativa de pessoal, um banco de professores-equivalente.

Tais projetos são combinados e têm por objetivo a expansão de vagas para estudantes de graduação nas IFES sem contratação de pessoal e com congelamento dos orçamentos. O governo faz uso de chantagem ao oferecer até 20% de recursos sobre o orçamento congelado para as universidades que apresentarem planos de reestruturação atendendo às exigências do REUNI. Isto é, as universidades que não absorverem as premissas do REUNI serão condenadas ao congelamento orçamentário. Isto é coerção e uma violência à autonomia universitária. Exige-se das IFES que dobrem o número de alunos por professor e atinjam a incrível meta de 90% de taxa de conclusões, o que significa, na prática, a adoção de aprovação automática.

A expansão da educação superior pública e gratuita é uma necessidade em nosso país, mas ela demanda recursos para que seja de fato sustentável e precisa se dar em condições que assegurem a sua qualidade. O governo, no entanto, considera que os professores e os recursos físicos das IFES estão subutilizados e resolve que poderá atingir metas de certificações para melhorar os indicadores sociais do país a fim de colher dividendos políticos, às custas de superexploração do trabalho docente e isso é inaceitável!

O exíguo tempo (28.09.07 é o prazo final para apresentação de propostas) determinado pelo MEC para a adesão das universidades ao REUNI demonstra a irresponsabilidade do governo para com a qualidade do ensino superior e uma tentativa de impedir os professores de aprofundarem as discussões e, conseqüentemente, detectar a armadilha que esta proposta representa para a Universidade Pública.

Um outro ponto precisa ser destacado entre os riscos que envolvem a adesão ao REUNI, pois a intenção do governo é a de repassar para os próprios professores a responsabilidade da aprovação prévia de alunos, independente de seu desempenho acadêmico e o aumento substancial de trabalho dedicado ao ensino de graduação em detrimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em contraposição a esses ataques e na luta pela recuperação da dignidade profissional e pela valorização do trabalho docente, o ANDES-SN elaborou, baseado nas deliberações congressuais, uma proposta de Malha Salarial que recupera a isonomia entre os professores do 1º, do 2º e do 3º grau, a paridade entre ativos e aposentados, recompõe o poder aquisitivo de janeiro de 1995 e o vencimento base do professor, livrando os contracheques dos diversos penduricalhos que hoje o infestam.

Nesta conjuntura adversa e para forçar o governo a abrir negociações toma-se inevitável a radicalização da nossa luta e, nesse sentido, o 52º CONAD deliberou indicar a construção da greve dos docentes das IFES para o segundo semestre de 2007, a partir da intensificação da mobilização com amplo processo de esclarecimento, com rodada urgente de assembleias para discutir o indicativo de greve.

A reunião do setor dos docentes das IFES avaliou os resultados das assembleias, propondo os próximos passos da mobilização. Indicou, ainda, que a mobilização seja feita em conjunto com os estudantes e servidores técnico-administrativos. O Sindicato deve manter o trabalho político de unificação dos SPF, na perspectiva da mobilização conjunta e da construção da greve unificada.

A diretoria do ANDES-SN reafirma a avaliação do 52º CONAD e coloca, de forma clara e incisiva: sem uma greve forte e coesa não conseguiremos forçar o governo a negociar e, portanto, não lograremos êxito nas nossas reivindicações, em defesa da universidade pública e da dignidade dos docentes, a partir da garantia de suas condições de trabalho.

**Nota da Diretoria do ANDES-SN**

## **Pauta de reivindicações dos docentes das IFES definida pelo 26º CONGRESSO do ANDES-SN**

1. Reajuste salarial emergencial que seja, no mínimo, correspondente à defasagem salarial resultante das perdas de janeiro de 1999 a dezembro de 2006 pelo índice ICV do DIEESE. Esta reivindicação tem por base o dispositivo constitucional, instituído pela EMC019, de 04/06/1998 (Art. 37, inciso X: “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”). Deveria o governo conceder anualmente a revisão, mas não o fez e, quando o fez, aplicou índices inferiores aos da inflação.
2. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995.
3. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.
4. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.
5. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;
6. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.
7. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
8. Incorporação da Vantagem Pecuniária Individual.
9. Retomada da licença sabática.
10. Manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES.
11. Que os atuais aposentados percebam as vantagens da classe de Professor Associado, na seguinte relação: Adjunto IV como Associado IV, Adjunto III como Associado III, e assim sucessivamente, sem prejuízo dos aposentados sob a égide do art. 192 da Lei nº 8112/90 (RJU).
12. Que os docentes da ativa pertencentes à classe de adjunto nível IV que tenham alcançado os requisitos necessários à progressão para a classe de Professor Associado, instituída pela Lei Federal nº 11.344/06, possam progredir aos níveis da classe de Professor Associado de acordo com o tempo que tenham tido em atividade na condição de Professor Adjunto nível IV.
13. Preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo Regime Jurídico Único, para suprir as necessidades da política de expansão das IFES, com a realização imediata de concurso público e com a respectiva dotação orçamentária.
14. Limitação da contratação de professores substitutos a situações de excepcionalidade, nos termos da Proposta de Carreira Única do ANDES-SN.
15. Remuneração dos professores substitutos nos mesmos valores que os do quadro permanente das IFES.
16. Proibição a todas as formas de precarização do trabalho docente nas IES públicas, tais como: aumento de contratações por tempo determinado em detrimento de concursos públicos, programas de excelência para aproveitamento de aposentados, programas de aproveitamento de jovens doutores e estudantes de pós-graduação, distorções do estágio de docência na pós-graduação como alternativa à contratação de professores, aproveitamento de técnicos-administrativos na docência, prestação de serviços via convênios que descaracterizam a carreira docente, redução no número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado como alternativa à realização de concursos públicos para contratação de professores.
17. Tratamento isonômico e paritário de todos os benefícios em todos os órgãos e instituições públicas.
18. Continuidade de funcionamento do GT Carreira do MEC, com o atendimento das pré-condições, já apresentadas ao MEC na primeira etapa de funcionamento do GT, com vista a eliminar as distorções hoje existentes entre as carreiras e entre ativos e aposentados. Tais condições objetivam avançar no processo de aproximação das carreiras na direção da carreira única.
19. Incorporação imediata do auxílio alimentação pelo maior valor pago ao funcionalismo federal.
20. Retomada dos anuênios.
21. Retomada da licença especial.

**FONTE: ANDES-SN**

## ADUR-RJ critica REUNI e não aprova indicativo de greve

Ao receber o Memorando-Circular nº 25/07-GR da Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, convidando para a “1ª Reunião que discutirá com a comunidade universitária a Proposta de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI/MEC”, em 10 de agosto corrente, a ADUR-RJ convocou Assembléia Geral e Reunião do Conselho de Representantes. Estas aconteceram em 9 de agosto, no Auditório Cine Gustavo Dutra, tendo como pauta: 1) a implantação do REUNI na UFRRJ; 2) a reavaliação do indicativo de greve da categoria.

Representando a Diretoria da Associação, a Profa. Celia Regina Otranto expôs o conteúdo do Documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor, nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º § 2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o REUNI.

Posteriormente, a Decana de Ensino de Graduação da UFRRJ, Profa. Nidia Majerowicz, dentre outros assuntos, apresentou os principais questionamentos ocorridos na última reunião da ANDIFES.

Após as duas explanações, houve debate com o plenário, que, em votação, deliberou que o representante da ADUR-RJ apresentasse documento, formalizando o posicionamento da seção sindical em

relação ao REUNI, na reunião com a Administração Superior desta Universidade. O documento afirma que a ADUR-RJ S. Sind. defende que:

**1) toda a comunidade universitária da UFRRJ tenha a oportunidade de discutir as implicações e conseqüências da adesão ou não desta Universidade ao REUNI;**

**2) qualquer ampliação do número de matrículas de estudantes tem que ser acompanhada do proporcional aumento do número de docentes e técnico-administrativos, devidamente concursados;**

**3) seja estabelecido um calendário identificado com as especificidades da UFRRJ, a fim de garantir o debate.**

Em relação ao segundo ponto de pauta, foi deliberado que a ADUR-RJ, neste momento, não vai aprovar indicativo de greve, conforme encaminhamento da reunião do Setor das IFES, realizada em 25 de julho.

A Associação de Docentes intensificará a mobilização na Universidade, e também produzirá um documento a ser distribuído nas primeiras semanas do segundo semestre letivo, com o intuito de esclarecer a comunidade sobre as últimas medidas que têm sido adotadas pelo governo. Aprovou-se também que os professores devem percorrer o campus, visitando os departamentos denunciando a gravidade da atual conjuntura para o sistema educacional brasileiro.

Foto: Dari Cesarim Sobrinho



ADUR INFORMA PÁGINA 4

## ADUR-RJ, SINTUR e DCE não participam da Comissão Consultiva para o REUNI, constituída pela REITORIA DA UFRRJ

De acordo com a edição nº31 do Rural Semanal, comunicação mantida pela Administração Superior da UFRRJ, a Reitoria constituiu Comissão Consultiva sobre o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Pela portaria nº416 de 16 de agosto de 2007, o Reitor da UFRRJ, Prof. Ricardo Motta Miranda, no uso de suas atribuições, designou os seguintes membros para a Comissão Consultiva sobre o REUNI: Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Valdomiro Neves Lima, Alexis Rosa Nummer, Antonio Assis Vieira, Alexandre Fortes, Alexandre Monteiro de Carvalho, Aparecida Cayoco Ikuhara Ponzoni, Ricardo de Oliveira, Mauro Antônio Homem Antunes, Miliane Moreira Soares de Souza, Sissi Aparecida Martins Pereira, Solange Viana Paschoal Blanco Brandolini, Alden Peres de Oliveira da Silva.

Compete a esta Comissão: “a) organizar a estrutura e o cronograma de debates a serem promovidos na UFRRJ sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; b) coordenar a realização e registrar o conteúdo dos debates, respeitando os prazos estipulados pelo MEC; c) sistematizar o conteúdo dos debates, formulando a proposta a ser encaminhada para apreciação do Conselho Universitário”.

O Reitor Ricardo Motta Miranda também atribuiu aos Professores Aloísio Jorge de Jesus Monteiro e Valdomiro Neves Lima a coordenação desta

Comissão. A servidora Alden Peres de Oliveira da Silva será a secretária dos trabalhos desta Comissão.

### Algumas perguntas são necessárias:

-Em que momento o conjunto da instituição vai se pronunciar se aceita ou não o REUNI?

-Os novos encargos, as mudanças mais profundas serão sentidas pelos Departamentos. Eles poderão participar da deliberação final?

-A Reitoria irá encaminhar propostas que aumentem o número de vagas sem o respectivo aumento de vagas docentes 40h, DE e de técnico-administrativos concursados?

-A Reitoria atual sabe a conseqüência de uma decisão como esta para a UFRRJ, nos próximos anos?

-Temos clareza sobre o impacto das metas impostas pelo governo? Para o conjunto de docentes e de técnico-administrativos que sempre lutaram por um ensino público de qualidade, este plano se constitui em uma ação positiva para a Universidade Rural?

-“O secretário do MPOG já deixou claro que qualquer negociação com a categoria não poderá implicar em efeitos financeiros para o ano de 2007, mas sim para 2010, final do governo Lula”. E o que acontecerá com a Universidade inchada pelo REUNI ao final do governo Lula?

### Cronograma proposto pela Comissão

- \* 17/8 a 17/9 - Formulação do documento base pela Comissão
- \* 18/9 a 05/10 - Debates e encaminhamento de propostas
- \* 05/10 a 24/10 - Sistematização do documento final
- \* 25/10 - Plenária de apresentação do documento final
- \* 29/10 - Prazo final de entrega do Documento ao MEC

# Decretos apontam para **expansão precária** das universidades e **sobrecarga do trabalho docente**

Precarização intensiva das condições de ensino e pesquisa, salas de aula cada vez mais cheias, professores cada vez mais sobrecarregados, substituição maciça de docentes efetivos por professores substitutos, adoção da aprovação automática e utilização indiscriminada da educação a distância. Esse é o quadro que se desenha para o ensino superior público no país com os decretos editados pelo governo em abril. Além de piorarem as condições de trabalho dos docentes, eles violam a concepção de universidade pública, gratuita e de qualidade, referenciada no preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O conjunto de decretos reafirma o propósito, já anunciado no PAC e no PLP 01, de não reajustar salários nem contratar novos professores por meio de concurso. A idéia é dobrar o número de estudantes das universidades federais, com a contrapartida de acrescentar, ao longo dos próximos cinco

**Decreto 6.096/07** – Institui o REUNI (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), decreto que reordena organizacional, administrativa e pedagogicamente a universidade pública. O objetivo do REUNI é expandir em cerca de 100% o número de ingressantes, em até 200% o de matrículas e atingir um índice de 90% de conclusão dos cursos, em relação ao número de ingressos.

A contrapartida para as universidades que aderirem ao programa seria o acréscimo de até 20% dos recursos financeiros atualmente disponíveis, a ser alocado ao longo de cinco anos. Esses recursos seriam repassados conforme o cumprimento das metas de expansão e de reestruturação da universidade ao longo dos próximos cinco anos. A proposta determina a duplicação da relação professor–aluno dos atuais 1/10 (aproximadamente) para 1/18.

Com o pacote de abril, governo pretende dobrar o número de alunos e manter a mesma quantidade de professores, estimulando a massificação do ensino sem demonstrar preocupação com a qualidade. Ao definir como meta uma taxa de 90% de conclusão dos cursos (em relação ao número de ingressos), o decreto incentiva a aprovação automática, como ocorre nas empresas privadas de ensino superior. Vale lembrar que nos países em que o sistema educacional já é consolidado, a média de conclusão dos cursos é de 70%.

**Decreto 6.095/07** – Esse decreto cria os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs). A proposta do governo é reunir os atuais CEFETs, as escolas técnicas e agrotécnicas vinculadas às universidades federais em cada estado numa única instituição, que seria responsável pela educação técnica, tecnológica, profissionalizante de ensino superior e pós-graduação. Outra novidade é que os IFETs passariam também a fazer a formação de professores em matemática, química, biologia, etc., em razão da carência de licenciados no País. Os IFETs não teriam bacharelado e dissociariam as licenciaturas dessa formação, retirando ainda das faculdades de educação das universidades federais a responsabilidade pela formação de professores.

*Agradecemos a equipe da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília pela cessão da matéria, publicada originalmente no Boletim ADUNB de agosto.*

anos, apenas até 20% de recursos financeiros já existentes no orçamento do Ministério da Educação. A intenção do governo é promover a expansão do ensino superior público sem destinar os recursos que para isso se fariam necessários.

Os decretos do governo Lula, segundo avaliação do ANDES-SN, representam uma afronta à universidade, sobretudo porque propõem dobrar o número de estudantes com a mesma quantidade de docentes, sobrecarregando o sistema e comprometendo a qualidade do ensino superior público, já prejudicada por uma série de outras medidas adotadas anteriormente. “Ele parte do princípio de que os professores têm uma capacidade de dobrar o seu trabalho com salário congelado”, afirma o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo. Por isso, a revogação dos decretos é um dos itens da pauta de reivindicações da campanha salarial dos docentes deste ano.

**Universidade Nova** – Colocados como condição necessária para a adesão das universidades ao REUNI, os princípios norteadores do que ficou conhecido como Universidade Nova representam uma proposta de ampla reestruturação acadêmico-curricular das universidades. Embora existam outras propostas de Universidade Nova no país, a Universidade de Brasília apresenta um projeto que prevê a formação universitária acadêmica e tecnológica em quatro etapas: Formação em Ciências e Humanidades; Bacharelado em Grandes Áreas/Curso Superior de Tecnologia; Licenciatura ou Bacharelado Acadêmico/Profissional; Doutorado/Mestrado.

Cria-se assim a figura do bacharel em estudos gerais, que após três anos será diplomado em generalidades, sem qualquer formação profissional específica. Analisando os efeitos dos decretos em seu conjunto, o quadro que se desenha para os bacharelados interdisciplinares é o de um grande “escolão”, com salas cheias de estudantes, professores sobrecarregados, aprovação automática e introdução da educação a distância para resolver os problemas decorrentes da expansão sem recursos correspondentes. Dentre tantos problemas, o Programa introduz ainda a concorrência permanente entre os estudantes: ao longo do bacharelado em estudos gerais, eles terão de concorrer entre si para alcançar a graduação e os outros níveis de formação.

**Professores equivalentes** – Sem interesse em investir os recursos financeiros necessários à expansão do ensino superior público com qualidade, o governo editou a Portaria Interministerial nº 22, que introduz o Banco de Professores Equivalentes. Para manter os gastos com pessoal nos limites dos recursos disponíveis, cria-se, para efeitos de cálculo, um equivalente universal para todos os níveis da carreira e para todos os regimes de trabalho, que permita, por exemplo, substituir um professor titular com dedicação exclusiva por uma determinada quantidade de professores em regime de tempo parcial.

A portaria abre espaço para que a universidade faça a reposição dos docentes sem passar pelo governo, a fim de atender, imediatamente, às demandas que serão geradas pela expansão sem os recursos financeiros correspondentes. O banco de professores equivalentes é, neste sentido, um expediente que permite à administração das universidades substituir docentes em tempo integral e com dedicação exclusiva por um número maior de professores substitutos e em tempo parcial, quebrando, com isso, o tripé ensino–pesquisa–extensão.

## Andifes apresenta proposta sobre o REUNI ao Ministro da Educação

Em 15 de agosto, a Andifes encaminhou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, e ao secretário da Educação Superior, Ronaldo Mota, *documento com propostas de normas de implementação ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)*. As sugestões foram discutidas durante a LXIVª reunião ordinária do Conselho Pleno da Associação, realizada no dia 08 de agosto.

A partir da apresentação das idéias básicas do Programa, em março deste ano, a Andifes criou um grupo de trabalho envolvendo re-

tores e pró-reitores para analisar com profundidade a proposta e subsidiar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Várias reuniões foram realizadas com o secretário Ronaldo Mota, os dirigentes participaram do 1º Seminário Nacional do Reuni, promovido pelo MEC, e a Andifes organizou um seminário interno para debater o tema.

No documento, a Andifes reafirma seu apoio ao Decreto nº 6.096/2007, que institui o Reuni e o considera uma iniciativa para a consolidação do sistema federal de ensino superior. A consolidação desse sistema passa pela sua expansão, com aprimoramento contínuo da qualida-

de, e pela busca constante da pertinência social das IFES em suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Entre as propostas apresentadas estão: instituir um "fator de expansão" a ser aplicado no art 3º, § 1º do Decreto para adequar o programa às IFES menores; incluir os CEFET/RJ, CEFET/MG, CEFET/MA e CEFET/BA no programa; e instituir um Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação para analisar e rever a legislação acadêmica a fim de adequá-la às diretrizes do Reuni.

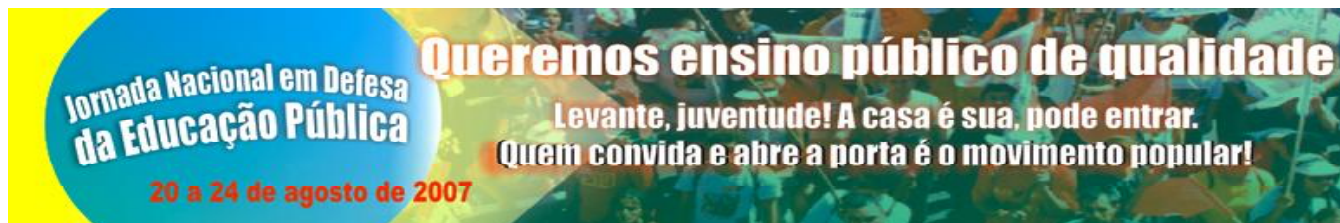
A Andifes ressaltou que o

cronograma de recebimento e análise dos projetos apresentados pelas IFES, para início da implantação no primeiro semestre de 2008, deve respeitar a dinâmica das instituições, garantindo oportunidades iguais, tanto àquelas que já se encontram em estágio final de aprovação, quanto àquelas ainda em início de discussão. Dessa forma, a Associação propôs que o recebimento dos projetos por parte do MEC ocorra em duas datas: 15 de outubro e 15 de dezembro de 2007.

A Andifes solicitará audiência ao ministro da Educação e ao secretário da Educação Superior para continuar debatendo a implantação do Reuni.

FONTE: Site da ANDIFES

## Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública



O ANDES-SN participa das manifestações da Semana Nacional de Jornada em Defesa da Educação Pública, entre os dias 20 e 24 de agosto, em todo o país.

Os eixos da mobilização, organizada por várias entidades dos movimentos sociais e sindical, são:

1. Pela erradicação do analfabetismo.
2. QUEREMOS ESTUDAR: garantia do acesso da classe trabalhadora a educação pública de qualidade e socialmente referenciada em todos os níveis. Fim do vestibular e dos processos excludentes de seleção para ingresso.
3. Implementação de políticas de ações afirmativas capazes de reverter o processo histórico de exclusão, com gratuidade ativa e políticas de assistência estudantil para garantir a permanência.
4. Ampliação do investimento

público da educação pública para no mínimo 7% do PIB.

5. Em defesa da expansão de vagas com garantia de qualidade e abertura de concursos para professores e técnico-administrativos e infraestrutura adequada.

6. Autonomia das universidades frente às ingerências de governos e mantenedoras.

7. Em defesa de uma formação universitária baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão e contra a mercantilização da educação e da produção do conhecimento.

8. Por uma avaliação institucional de educação superior socialmente referenciada, com participação dos estudantes, profissionais da educação e movimentos sociais, sem caráter produtivista, meritocrático e punitivo.

9. Gestão democrática, com participação paritária de estudantes, técnico-administrativos e docentes em

todos os níveis de decisão das instituições e sistemas de ensino.

10. Controle público do ensino privado em todos os níveis. Pelo padrão unitário de qualidade na educação. Pela redução das mensalidades e contra punição dos inadimplentes.

11. Garantia da livre organização sindical e estudantil, em especial, nas instituições privadas. Em defesa do direito a greve.

12. Por um sistema nacional de educação que impeça a fragmentação entre os diversos níveis e garanta a obrigatoriedade no ensino médio público.

13. Contra a privatização do ensino público e dos hospitais universitários, seja por meio das fundações privadas seja pela aprovação do projeto de criação de fundações estatais.

14. Pela garantia dos direitos conquistados pelos professores e

técnico-administrativos das instituições públicas, contra o Projeto de Lei Complementar – PLP 01.

15. Pelo Passe Livre Estudantil financiado pelo lucro das empresas de transportes.

16. Em defesa de um piso salarial nacional para os trabalhadores da educação calculado pelo DIEESE para a jornada de 20 horas.

17. Pela derrubada dos vetos ao PNE 2001. Pela construção coletiva do novo PNE da sociedade brasileira que atenda as reivindicações históricas da classe trabalhadora.

18. Pela imediata implantação da lei 10.639 em todos os níveis educacionais.

Entidades organizadoras: UNE, UBES, MST, CONLUTE, CONLUTAS, INTERSINDICAL, FASUBRA, FEAB, VIA CAMPESINA, MARCHA MUNDIAL DE MULHERES, ANDES-SN, ENECOS, CIRCULO PALMARINO, MAB, CPT, PJR, MPA, MMC, GAVIOES DA FIEL, UJR, MOVIMENTO CORRENTEZA, UJC, UJS.

# Seminário em defesa da Previdência Pública reúne representantes de 100 entidades

Em contraposição ao Fórum Nacional da Previdência Social, instituído pelo governo Lula para operacionalizar a temida Reforma da Previdência, entidades representativas dos movimentos social e sindical promoveram, no início de agosto, o Seminário em Defesa da Previdência Pública, em Brasília. Cerca de 100 entidades de todas as regiões do país participaram do evento que, na opinião do 1º presidente da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, Fernando Molinos Pires Filho, cumpriu o objetivo de aglutinar um número significativo de entidades para dar novo fôlego à luta em defesa da previdência pública.

A presidente da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Assunta Di Dea Bergamasco, lembrou que a previdência social é um dos maiores programas de distribuição de renda do Brasil, atingindo diretamente 33 milhões de brasileiros. Calculando que 2,5 pessoas usufruem de cada vencimento pago, o número de beneficiados cresce para 80 milhões. Assunta garantiu que a previdência não é deficitária, como alegam os governistas. “Só em 2006, o superávit foi de R\$29 milhões”, afirmou, com base na cartilha *Análise da Seguridade Social em 2006*, editada pelo órgão e distribuída durante o evento. Ela reafirmou que a ANFIP é contra mais uma reforma, principalmente porque o governo dá sinais de retirada de direitos sociais. “**Não é possível que num país onde a Previdência Social é a grande distribuidora de renda a gente possa concordar com mais uma reforma**”, concluiu.

**Direito fundamental** - Representando a Ordem dos Advogados do Brasil Nacional, Meire Monteiro argumentou que cada reforma que se anuncia no país não vem para aperfeiçoar a previdência, prevista pela Constituição. Segundo ela, nas três reformas previdenciárias já realizadas, os trabalhadores só perderam direitos. Ela lembrou que a previdência pública é um patrimônio dos brasileiros que não pode ser privatizado ou oferecido ao capital especulativo. “Previdência é direito fundamental. E como direito fundamental, tem que ser mantida pelo Estado”, explicou. A representante da OAB informou ainda que 50 milhões de trabalhadores estão fora da cobertura do sistema previdenciário, pois estão no mercado informal. “Precisamos lutar pela inclusão desses trabalhadores, e não deixar que acabem com a previdência que temos”, acrescentou.

**A vida acima da dívida** - O Padre Bernard Lestienne, representando a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), lembrou que o déficit da previdência anunciado pelo governo se refere ao dinheiro desviado para o pagamento das dívidas interna e externa. “A vida tem que estar acima da dívida. Não é possível que se retire direitos básicos do cidadão para se pagar a dívida. Não é possível mais que paguemos a dívida com a vida dos pobres”, disse, conclamando todos a participarem da campanha pela Auditoria da Dívida Externa. O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Benedito M. A. da Silva, reafirmou que as reformas são feitas para retirar direitos dos trabalhadores, inclusive direitos adquiridos. Dentre as propostas ventiladas para a reforma da Previdência, ele citou o aumento da idade mínima para aposentadoria, tanto do homem quanto da mulher, para 70 anos; a taxação de 50% dos vencimentos dos aposentados mais novos e a exclusão do salário-mínimo como fator de indexação do piso do benefício.

**Dinâmica do capital** - O presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo alertou que os recursos da previdência são dilapidados pela própria dinâmica do capitalismo. “O de-

envolvimento tecnológico propiciado pelo capitalismo cria o caixa eletrônico para substituir o bancário, mas o caixa não paga previdência”, exemplificou. Rizzo também tocou em um ponto bastante controverso para a militância sindical: a exploração de fundos de pensão pelos próprios sindicatos, o que ele definiu como uma estratégia de cooptação das lideranças utilizada pelos sucessivos governos, e “reeditada” pelo presidente Lula, para transformar os sindicatos em agentes do processo de privatização da previdência. “A cooptação dos sindicatos é feita através da seção do direito de exploração dos fundos de pensão e empréstimo compulsório”.

**Organização do evento** - Além das entidades já citadas, também participaram da organização do seminário: Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas); Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes); Intersindical; Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual); Fenasps (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social); Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas); MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); Sindilegis (Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal do Tribunal de Contas da União); e SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional).

**Mobilização crescente** - Representando a Conlutas, Neiva Oliveira afirmou que a classe trabalhadora está muito mais mobilizada para resistir aos ataques aos direitos sociais do que estava em 2003, quando foi aprovada uma outra reforma da previdência. “O recado que devemos mandar ao Congresso Nacional e ao governo Lula é que eles não vão encontrar a classe trabalhadora como em 2003. Nosso próximo passo é o plebiscito, que acontecerá em setembro, no qual conseguimos incluir a duras penas a questão sobre a previdência. Depois, teremos que continuar mobilizados. Precisamos impedir que esse projeto vá para o Senado, através de nossa mobilização e de nossa luta”, afirmou.

**“Previdência não é coisa só de aposentado”** - Toda a classe trabalhadora deve se envolver na luta em defesa da Previdência Pública. Quem afirma é o ex-deputado federal



Sérgio Miranda, especialista em Orçamento, Previdência, Legislação Sindical e Trabalhista. “**Engana-se quem pensa que previdência é coisa para aposentado. Quem paga auxílio-natalidade, auxílio-doença, auxílio-família, aposentadoria por invalidez? Muitos dos beneficiados são trabalhadores da ativa**”. Miranda lembrou que a reforma alardeada pelo governo propõe que cada um economize o seu, acabando o pacto de gerações em que os trabalhadores da ativa de uma época pagam as aposentadorias de quem já trabalhou. “Essa medida irá congelar a distribuição de renda no Brasil”, atestou.

**Redução de benefícios** - Sérgio Miranda mostrou como as reformas já realizadas não beneficiaram os trabalhadores. “A Constituição de 1988 previa um teto de dez salários-mínimos para os benefícios pagos pela Previdência, só que, com as reformas, o teto passou a ser medido por um valor nominal, que hoje é de R\$ 2,8 mil, o que está longe dos dez mínimos previstos. Daquela alguns anos, será o equivalente a dois ou três salários-mínimos”, alertou. Ele denunciou também que a fixação da idade mínima para aposentadoria, em detrimento da aposentadoria por tempo de serviço, como ficou proposta na última reforma, gerou ainda mais desigualdade no país. “Como é que no país campeão mundial de desigualdade nós podemos impor idade mínima para aposentadoria? A realidade do jovem classe média que tem os estudos pagos pelos pais e entra no mercado de trabalho aos 25 anos, com pós-graduação e tudo, é bem diferente da do garoto pobre obrigado a começar a trabalhar aos 16 anos, usando a força física, e aos 50 anos não consegue mais trabalho”, exemplificou.

**Entidades aprovam moção de repúdio à proposta de prorrogação da DRU** - Os participantes repudiaram a proposta de emenda constitucional que promova a DRU - Desvinculação de Receitas da União até 2011, e aprovaram moção que será enviada ao Congresso. A proposta deverá ser votada em agosto pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Na sequência, entrará em votação no plenário. A auditora fiscal Maria Lúcia F. Carneiro, ex-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), disse que a DRU é um dos principais mecanismos que permite ao governo desviar recursos da previdência social para outros destinos, como o pagamento da dívidas. “Só nos primeiros seis meses deste ano, a dívida interna federal cresceu R\$ 182 bilhões. Essa quantia representa quase tudo o que foi gasto com a previdência pública durante todo o ano de 2006”, disse. Para a auditora, a previdência consome o segundo maior volume de dinheiro do orçamento da união. “O primeiro volume, claro, vai para o pagamento da dívida”, lembrou. **FONTE: ANDES-SN**

## Rondó da Liberdade Carlos Marighella\*

É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. Há os que têm vocação para escravo, mas há os escravos que se revoltam contra a escravidão. Não ficar de joelhos, que não é racional renunciar a ser livre. Mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres, quando as algemas forem quebradas. É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer. O homem deve ser livre... O amor é que não se detém ante nenhum obstáculo, e pode mesmo existir quando não se é livre. E no entanto ele é em si mesmo a expressão mais elevada do que houver de mais livre em todas as gamas do humano sentimento. É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer.

*\* Marighella foi militante do Partido Comunista e dedicou sua vida à causa dos trabalhadores, da independência nacional e do socialismo. Foi preso várias vezes. Após o golpe militar de 1964, ele foi localizado por agentes do DOPS, sendo assassinado com um tiro no peito.*

### CAIXA CEF e ADUR-RJ firmam convênio

Pelo convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a ADUR-RJ, os docentes associados poderão usufruir, na própria sede da Associação, dos serviços listados abaixo, dentre outros:

\*Empréstimo com desconto em folha, a partir das menores taxas de juros;

\*Renegociação de empréstimos bancários, com desconto em folha ("compra de dívida");

\*Abertura de conta corrente com cheque especial;

\*Cartão de crédito;

\*Seguro de automóvel;

\*Financiamento de imóvel.

Para outras informações, compareça à sede da ADUR-RJ ou telefone para a CEF: (21) 2682-1330.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

ADUR INFORMA PÁGINA 8

## Plebiscito Popular fortalecerá campanha pela anulação do leilão da Cia Vale do Rio Doce

\*Por Najla Passos

Entidades ligadas aos movimentos popular, sindical e estudantil promovem em todo o país, de 1 a 7 de setembro, durante a Semana da Pátria, o Plebiscito Popular "A Vale é nossa". O objetivo é provocar uma reflexão sobre uma das mais aviltantes privatizações já ocorridas no país, caracterizada como um verdadeiro assalto aos cofres públicos, e fortalecer a campanha pela anulação do leilão da Vale. Também é propósito do plebiscito reacuar o debate acerca da política de privatizações dos bens públicos, adotada por sucessivos governos brasileiros, principalmente a partir de 1990, com o ex-presidente Collor.

"A privatização da Companhia Vale do Rio Doce virou um símbolo da irresponsabilidade do governo brasileiro em adotar essa política imposta pelos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. É essencial que o povo brasileiro possa refletir não só sobre o erro que foi a privatização da Vale, mas também sobre os malefícios que novas privatizações possam gerar, como, por exemplo, as privatizações da água, da previdência, das universidades", argumenta o secretário-geral do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

Na maioria dos estados brasileiros, o plebiscito também irá permitir que a população se manifeste sobre outros três assuntos: o **preço da energia elétrica** (pela qual as famílias brasileiras pagam oito vezes mais caro do que as empresas); o **pagamento das dívidas externa e interna** (o que inviabiliza que o governo invista em mais programas sociais); e a **proposta de Reforma da Previdência** (que retiraria vários direitos adquiridos do povo).

### Confira as quatro perguntas do plebiscito:

1. Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce - patrimônio construído pelo povo brasileiro - foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

2. O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da dívida externa e interna, em vez de



investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro?

3. Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, como o povo pagando até 8 vezes mais que as grandes empresas?

4. Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

"**Preço de banana**": A venda da Cia. Vale do Rio Doce, em 1997, fez parte da política de privatização do governo FHC, que entregou 70% do patrimônio nacional ao capital privado. Ostentando os títulos de maior mineradora do mundo, maior exploradora de ouro da América Latina e segunda maior empresa brasileira, a Vale foi "vendida" ao capital privado por míseros R\$ 3,3 bilhões. Conforme cálculos de especialistas, 28 vezes menos do que valia.

Criada na década de 1940 com recursos do Tesouro Nacional, a Vale tem patrimônio avaliado em R\$ 200 bilhões. Seu lucro acumulado entre 1998 e 2006 soma R\$ 32 bilhões. Em 2005, registrou lucros de R\$ 12,5 bilhões. É estrategicamente decisiva para o futuro do país. Atua em 14 estados do país e possui 9 mil quilômetros de estradas de ferro. É proprietária de 10 portos e está presente nos 5 continentes.

**Negociata**: O estranho é que, à época, ninguém entendeu exatamente quem comprou a Vale, o que acabou por constituir mais uma irregularidade no processo de privatização. O consórcio vencedor do leilão tinha entre suas empresas constituintes o Banco Bradesco, que foi o avaliador da empresa e, por isso, estava impedido de participar do negócio. Conforme levantamentos do Comitê Nacional da Campanha pela Vale, o banco já possuía 17,9% do capital volante da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, por sua vez, montou o consórcio comprador da maior fatia das ações da Valepar (o atual controlador acionário da Vale). Segundo representantes do comitê, "uma verdadeira negociata".(...)

**Participe**: O Comitê Nacional da Campanha pela Anulação do Leilão de Privatização da Cia. Vale do Rio Doce reúne cerca de 60 entidades ligadas aos movimentos sindicais, populares e estudantis. Entre elas o ANDES-SN, que conchama os docentes do país a militarem como multiplicadores da campanha.

"É necessário que a militância do Andes-SN procure as demais entidades dos seus estados, das suas cidades, e coloque o plebiscito nas ruas. A participação de todos é fundamental para facilitar o acesso das pessoas às urnas de votação", afirma o secretário do ANDES-SN, L. H. Schuch.

FONTE: InformANDES



